



DOSSIÊ: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E IDEOLOGIA

Crise da democracia como separação da democracia e do liberalismo

Crisis of democracy as separation of democracy and liberalism
Rodrigo de Sousa
Escaño¹
orcid.org/0009-0003-7397-1000
sousaescano@edu.unirio.br
Recebido em: 20 jul. 2023.

Aprovado em: 9 set. 2023.

Publicado em: 15 dez 2023..

Resumo: Este artigo analisa a crise da democracia contemporânea, focando na relação complexa entre populismo, tecnocracia e democracia liberal, mostrando que quando se fala em "crise da democracia", na verdade, refere-se à crise da democracia liberal, ou à separação entre democracia e o liberalismo novamente, como era antes de elas se fundirem no final do século XIX. Será investigado como esses fenômenos interagem e afetam as instituições políticas e a estabilidade dos sistemas políticos em todo o mundo. O estudo considera a hipótese de que o crescimento do populismo e da tecnocracia representa uma ameaça à democracia liberal, examinando o grau de intensidade dessa tensão. A metodologia inclui uma revisão narrativa de obras teóricas relevantes, a síntese de seus principais pontos e a análise de fatores econômicos e políticos. Os resultados indicam que a ameaça varia entre países centrais e periféricos, sendo que de forma geral ainda é impossível decretar o fim dos regimes democráticos.

Palavras-chave: Teoria Democrática. Populismo. Neoliberalismo. Ideologia. Crise.

Abstract: This article analyzes the crisis of contemporary democracy, focusing on the complex relationship between populism, technocracy and liberal democracy, showing that when one talks about a "crisis of democracy", he is actually referring to the crisis of liberal democracy, or the separation between democracy and liberalism again, as it was before they merged at the end of the 19th century. It will be investigated how these phenomena interact and affect political institutions and the stability of political systems around the world. The study considers the hypothesis that the growth of populism and of technocracy poses a threat to liberal democracy, examining the degree of intensity of this tension. The methodology includes a narrative review of relevant theoretical works, the synthesis of their main points and the analysis of economic and political factors. The results indicate that the threat varies between central and peripheral countries, and in general it is still impossible to declare the end of democratic regimes.

Keywords: Democratic Theory. Populism. Neoliberalism. Ideology. Crisis.

Introdução

Nos últimos anos passou a ser ventilada a ideia de uma "crise da democracia", onde a comunidade científica, mídia e mesmo pessoas comuns debatiam alarmadas o esgotamento da democracia liberal e sua possível mudança para uma nova forma política "pós-liberal". Essa hipótese também gerou uma ampliação notável de publicações empregando a ideia de "populismo" como chave explanatória de diversos processos sintomáticos da crise: nacionalismo, crítica da globalização, discursos excludentes de identidades minoritárias e lideranças carismáticas contra o sistema político (Cassimiro 2021).

Esse estudo será uma revisão teórica, mostrando que quando se


¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

fala em "crise da democracia", na verdade está se referindo à crise da democracia liberal e suas instituições políticas associadas. Ou, ainda, à separação entre democracia e o liberalismo novamente, como era antes de elas se fundirem no final do século XIX. Além do já citado populismo, outra força antagônica também emerge do mesmo processo, a tecnocracia, que é ignorada muitas vezes.

O problema de pesquisa que este estudo visa explorar reside na intrincada relação entre populismo, tecnocracia e democracia liberal e seu impacto nas instituições políticas e na estabilidade dos sistemas políticos em contextos globais diversos. Essa questão se torna particularmente relevante no cenário político contemporâneo, onde a interação entre esses fenômenos desempenha um papel significativo na moldagem das dinâmicas políticas em todo o mundo.

Metodologicamente será uma revisão narrativa, mapeando pontos-chave em obras teóricas fundamentais para o debate e realizando sua síntese. No caso da definição mínima de democracia serão empregados: *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo* (Bobbio 1986), *Poliarquia: Participação e Oposição* (Dahl 1997) e *A democracia liberal: origens e evolução* (Macpherson 1977). Para a crise contemporânea, as obras *Como as democracias morrem* (Levitsky e Ziblatt 2018), *Crises of Democracy* (Przeworski 2019) e *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la* (Mounk 2019) serão consideradas cruciais por serem amplamente citadas no tema.

O artigo explorará a hipótese de que o crescimento tanto do populismo quanto da tecnocracia representa uma ameaça à democracia liberal, onde o populismo busca limitar o liberalismo supostamente em nome da "vontade popular", e a tecnocracia pretende o oposto, limitar a capacidade de decisão popular para alegadamente salvar o liberalismo. Além disso, será investigada como a interação entre eles pode afetar a estabilidade do sistema político, e em qual grau de intensidade.

Na primeira parte, vamos definir o conceito

atual de democracia, além de mostrar como o cânone democrático se diferencia historicamente do cânone do liberalismo, e em que momento se juntaram. E, ainda, apresentar uma definição mínima de democracia liberal que permita seu esquema analítico e posterior contraponto à ação dos políticos populistas e tecnocratas.

Na segunda parte, serão analisadas as possibilidades da democracia se separar novamente do liberalismo, provenientes do populismo, podendo resultar nas chamadas "democracias iliberais", e como o liberalismo pode se divorciar da democracia, resultando em uma tecnocracia. Na última sessão, serão debatidos alguns dos motivos que podem estar levando a isso, com base em pontos em comum encontrados nos livros mencionados. Além disso, ao longo do texto, serão incluídos outros livros e artigos que ajudarão a definir com mais precisão os conceitos e fornecerão dados adicionais

O que é democracia?

O que entendemos hoje por democracia não é exatamente o que significava quando surgiu, em Atenas, na Grécia Antiga. Nesse contexto, ela significava a participação e a deliberação dos cidadãos livres da pólis reunidos, decidindo todas as questões da vida pública diretamente. Parece um pouco distante da realidade atual, onde seu sentido tem a ver com partidos, eleições, câmara de representantes, instituições independentes e liberdades individuais. Mas como se deu essa transformação?

Em primeiro lugar, o termo "Democracia" possui grande influência na sociedade e percepção positiva, o que faz seu uso ser empregado de forma usual e imprudente, misturando conceitos como liberalismo, a participação popular e o conjunto de instituições que historicamente surgiram em determinados países europeus, associadas ao chamado Estado de direito, que visa proteger as liberdades individuais (Mounk 2019, 42).

A palavra "Democracia" ainda comporta dois sentidos: o primeiro a entende como um mecanismo para escolher e autorizar governos e, o segundo, como um tipo de sociedade baseada

em relações recíprocas horizontais entre as pessoas que a constituem. Alguns teóricos insistem em manter os sentidos separados, até mesmo a excluindo inteiramente a segunda definição, definindo democracia tão somente como um sistema de governo (Macpherson 1977, 13).

O que vivenciamos hoje é o que se chama de "Democracia Liberal", sendo essa mistura de elementos dispare. Porém, o conceito de democracia liberal não é o sinônimo puro da democracia, sendo muito mais complexo. Ao analisarmos o surgimento da democracia liberal, um problema se evidencia.

Historicamente a democracia e o liberalismo não foram sinônimos. Pelo contrário, até certo momento histórico eram antagônicas, e frequentemente a relação entre a democracia e equidade tem sido desconsiderada. Antes do século XIX, o conceito de democracia era diretamente vinculado ao conceito de classes. Era desprezada pelo cânone liberal da época, sendo vista então como governo dos pobres e incompetentes às custas das classes capazes e instruídas, sendo assim, uma ameaça à sociedade liberal, supostamente baseada em capacidade técnica e mérito (Macpherson 1977, 16).

O que se podia falar em teoria democrática até então era radicalmente diferente do conceito moderno, assumindo a necessidade da supressão de classes sociais ou pelo menos uma única classe. Por exemplo, para Rousseau a pequena propriedade privada era um direito natural de todos os homens para garantirem seu sustento. Porém, grandes propriedades "extrativas" causavam interesses particulares e antagônicos, contrários à vontade geral, por não serem capazes de expressar o bem comum (Macpherson 1977).²

O sufrágio universal concederia poder político para a maioria da população, que não possuía propriedades. Existia o temor que essa maioria assumisse as condições políticas necessárias para confiscar a riqueza dos abastados e com-

partilhá-la com todos na sociedade, ou mesmo determinar o fim do direito à propriedade privada. Esta previsão foi um tema central tanto do debate quanto dos conflitos políticos em torno da expansão do sufrágio universal e da consolidação da democracia como forma de governo nos países ocidentais (Przeworski 2010).

Ainda segundo Macpherson (1977), uma grande transformação teria acontecido no século XIX, quando os liberais da época perceberam que os novos "indivíduos maximizadores" da sociedade capitalista não iriam questionar a propriedade privada se experimentassem progresso material, e a expansão do sufrágio não seria ameaça a ela. Alguns deles, como John Stuart Mill, tentaram conciliar o mercado com posições éticas humanistas, construindo as bases do que conhecemos hoje como democracia liberal.

As necessidades pós-segunda guerra mundial levaram ao predomínio do modelo elitista-pluralista, que pretendia ajustar o ideal democrático a uma sociedade desigual, com interesses divididos. Nessa concepção, a democracia significaria o mecanismo para escolher e autorizar governos, não uma forma de se governar, e onde o principal papel dos cidadãos seria escolher seu conjunto de representantes periodicamente. O sistema político seria visto como uma analogia ao mercado empresarial, onde os "produtores" ofereceram cestas de soluções para atender as demandas dos consumidores, resultando no equilíbrio entre a procura e a oferta de bens públicos (Macpherson 1977).

Pode-se argumentar que Dahl (1997) tenta pacificar essa dualidade na teoria com seu famoso esquema analítico: existindo dois eixos, um da participação e outro da contestação, os regimes políticos do mundo poderiam ser divididos em quatro quadrantes, hegemônias fechadas, hegemônias inclusivas, oligarquias competitivas e poliarquias. Nas hegemônias fechadas, não há contestação política nem direito de participação.

² Partindo do pressuposto que todos os homens deveriam ter meios de se sustentar por conta própria, sem se sujeitar a ninguém, e ter iguais direitos e influência nas decisões da vida pública, depender da propriedade de outro homem, ser coagido e até mesmo ser explorado economicamente, eram entendidos como barreiras enormes a essa igualdade. Liberdade seria, então, sinônimo de igualdade. Em contraste, segundo liberais do período, como Locke e Burke, "igualdade" significava a ausência de privilégios feudais, oriundos do nascimento (Macpherson 1977).

Nas hegemonias inclusivas, há participação política, mas não existem eleições. Nas oligarquias competitivas, ocorrem eleições competitivas, mas não há inclusão política.

Seu argumento principal é de que a democracia, no sentido de participação e contestação plenos, seria um ideal a se alcançar, que teria ocorrido em sociedades mais simples como cidades-estados, sendo praticamente impossível de se alcançar em sociedades complexas. Nos Estados-Nação contemporâneos, os regimes em que vigorassem ampla (não plena) participação e contestação poderiam ser descritas como poliarquias, e esse seria o equivalente ao conceito de democracia liberal.

Ainda segundo Dahl (1997), seu desenvolvimento histórico se deu a partir de sociedades agrárias, que sempre tenderiam a ser hegemonias fechadas. A transição para os outros regimes poderia ocorrer através da liberalização precedendo a inclusividade, o oposto, ou mesmo ambos os processos ocorrendo concomitantemente. A possibilidade de um governo tolerar oposição aumenta à medida que os custos de supressão excedem os custos de tolerância, então a adoção e o funcionamento de uma poliarquia dependeria em grande parte desse cálculo do custo-benefício, permitindo a tolerância mútua.³

Portanto, essa profusão de sentidos e confusão histórica implica em graves consequências em seu entendimento. Existem sempre percepções conflitantes do que a democracia é ou o que deveria ser. Não podemos falar em "crise da democracia" sem a definição exata do que é democracia. Para tal, normalmente é empregada uma definição mínima, a fim de ser utilizada como unidade de análise.

Na definição minimalista de democracia, ela é um regime em que partidos competem pelo poder político em eleições abertas, livres e justas, com incerteza *ex-ante* e certeza *ex-post* acerca dos resultados eleitorais. Essa concepção minimalista significaria que ela é apenas um sistema

em que os governantes são selecionados por eleições competitivas. A própria perspectiva de que os governos possam mudar pode resultar em um processo pacífico de regulação de conflitos. A principal vantagem da democracia seria oferecer uma oportunidade para as forças em conflito fazerem avançar seus interesses dentro da estrutura institucional, sem que isso provocasse rupturas (Przeworski 1999).

Segundo Bobbio (1986), para uma definição mínima de democracia não seria suficiente nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria. Uma terceira condição também seria necessária: seria preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher.

Para essa última condição acontecer, é necessário que sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade (de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação), os quais são os direitos à base dos quais nasceu o estado liberal e foi construída a doutrina do estado de direito, dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos "invioláveis" do indivíduo (Bobbio 1986).

Apenas com esses direitos assegurados os decisores poderão, sem medo, escolher uma opção e então os mecanismos da democracia existirão. Assim, o estado liberal é um pressuposto do estado democrático, pois um precisaria do outro para funcionar. Um estado que não adote os princípios do liberalismo não seria capaz de garantir o funcionamento adequado de um estado democrático, da mesma forma que um estado não democrático seria incapaz de assegurar as liberdades essenciais (Bobbio 1986).

A definição de Mounk (2019, 42) é similar, onde a democracia é um conjunto de instituições eleitorais com poder de lei que traduz as opiniões do povo em políticas públicas. As instituições

³ "Quanto mais baixos os custos da tolerância, maior a segurança do governo. Quanto maiores os custos da supressão, maior a segurança da oposição. Conclui-se daí que as condições que proporcionam um alto grau de segurança mútua para o governo e as oposições tenderiam a gerar e preservar oportunidades mais amplas para as oposições contestarem a conduta do governo" (Dahl 1997, 37).

liberais efetivamente protegem o Estado de direito e garantem os direitos individuais para todos os seus cidadãos, incluindo as minorias étnicas e religiosas. A democracia liberal seria um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático, protegendo os direitos individuais assim como traduzindo a opinião popular em políticas públicas.

Qual democracia está em crise?

O mundo pós-Guerra Fria sugeria a hegemonia final do capitalismo e da democracia liberal como valores universais. Porém, ao contrário das expectativas, tal período foi marcado pela proliferação dos chamados "regimes políticos híbridos", "democracias iliberais" ou, ainda, "democracias não liberais", e muitos regimes que já eram híbridos assim o permaneceram ou seguiram em uma direção autoritária (Levitsky e Way 2002, 51).

O conceito de democracia sozinho, no sentido de eleições regulares, não estaria tão ameaçado, mas o liberalismo, por outro lado, estaria. O surgimento de muitas democracias não liberais se acelerou: em 2017, de 97 países democráticos, apenas 52 deles são democracias liberais. Essa diferença mostra que muitos países falharam em proteger seus direitos fundamentais (Berman 2017, 29).

Além disso, a percepção de fenômenos considerados incomuns, como o populismo, antielitismo e antissistema, estão se tornando cada vez mais presentes em democracias estabelecidas. Depois de anos dos mesmos partidos dominando o cenário, novos partidos estariam surgindo de forma acelerada, enquanto o suporte por aqueles já existentes decai, devido à falta de confiança que se estende até as mídias, bancos, igrejas, inclusive chegando até ao próprio sistema democrático em si, e assim, a participação eleitoral tem cada vez mais diminuído em muitos países (Przeworski 2019, 29).

Segundo Mounk (2019, 43), existiriam duas formas de regime temidas como corruptela (e possíveis destinos) da democracia liberal: a democracia iliberal e o liberalismo antidemocrático. As democracias podem ser consideradas iliberais

em cenários que a maioria social escolhe submeter as instituições independentes aos interesses do Executivo ou impedem o exercício dos direitos das minorias combatidas por ele.

Por outro lado, quando o sistema político não reflete o pensamento popular, e simplesmente passa a ser guiado por órgãos técnicos não eleitos, pode ocorrer o favorecimento da elite econômica, tornando-se assim um regime liberal antidemocrático. Dessa forma, apesar da síntese entre democracia e liberalismo, essa associação poderia estar mostrando sinais de ruptura novamente (Mounk 2019, 44).

A fonte desses fenômenos pode ser traçada de duas formas de atuação: o populismo e o neoliberalismo. O populismo seria uma ideologia próxima ao neoliberalismo uma vez que ambas dizem que a ordem social é formada pela coletividade, marcada por expressões abstratas como o povo ou o mercado, não existindo papel para qualquer tipo de instituição no cenário histórico, uma vez que a imagem produzida dos políticos é de uma elite traidora, exploradora e corrupta, fazendo muitos desses partidos se denominarem antissistema (Przeworski 2019, 87).

Para Berman (2017, 37), a tecnocracia e o populismo são "irmãos gêmeos do mal" (*Twin evil*), eles coexistem em uma relação na qual cada um alimenta o outro. Enquanto a tecnocracia busca limitar a democracia para salvar o liberalismo, o populismo busca o oposto, limitar o liberalismo para supostamente salvar a democracia e a soberania da vontade popular.

Portanto, contrariando uma visão otimista previamente presente na literatura, que tais regimes híbridos eram na maior parte transitórios e que enfatizam a sucessão de experiências históricas de erro até a consolidação da democracia, seria necessário pensar os tipos específicos que esses regimes híbridos são de fato, tendo uma dinâmica própria, e distintos tanto das democracias liberais quanto de regimes autoritários puros (Levitsky e Way 2002, 51).

Embora mesmo regimes totalmente democráticos possam às vezes violar algum dos critérios normalmente associados a uma democracia

liberal,⁴ tais violações não são amplas e sistemáticas o suficiente para alterar fundamentalmente o campo de ação entre governo e oposição. Em regimes híbridos, por outro lado, as violações desses critérios são frequentes e graves o suficiente para criar condições desiguais. Mesmo que as eleições sejam realizadas regularmente e geralmente livres de fraudes maciças, os políticos rotineiramente abusam dos recursos do estado, perseguindo políticos da oposição, atacando a mídia independente e instituições políticas (Levitsky e Way 2002).

Para Levitsky e Way (2002, 61), um dos caminhos para um país virar um regime híbrido, iliberal, seria a decadência de um regime democrático. Nesse caso, crises políticas e econômicas profundas e, muitas vezes, de longa data criaram as condições sob as quais governos eleitos livremente minaram as instituições democráticas, seja por meio de um autogolpe presidencial ou por meio de abusos seletivos e incrementais.

Os termos normalmente empregados para descrever tais políticos eleitos que procuram minar as instituições democráticas são: "*anti-establishment*", "populismo", "antielitismo", "outsiders", "antissistema", "antipolítica" ou "antipartidismo". Desses, o populismo é o conceito mais fluido e difícil de definir. Seu uso seria normalmente empregado para definir um movimento de massa comandado por um outsider ou dissidente, que emprega o apelo *anti-establishment* como forma de ganhar o poder ou manter-se nele, e que geralmente se vincula a demandas plebiscitárias (Côrtes e Oliveira 2021).

Os partidos populistas não são antidemocráticos em sentido estrito, pois não querem acabar com as eleições, mas se apresentam na busca de novas "formas de democracia", rejeitando o modelo tradicional de representatividade dela, dizendo que ela extirpa a voz do povo, e afirmam ser os representantes legítimos dessa voz. Referendos populares são sua forma de ação favorita.

Eles se tratam como políticos diferentes ou mesmo não políticos, distanciando-se dos políticos profissionais (Przeworski 2019, 88).

Considerando os ditos "países centrais" do capitalismo, populistas de extrema-esquerda e extrema-direita mostrariam semelhanças quanto a assuntos como bem-estar social, direitos trabalhistas e economia, mas se limitariam a isso. Enquanto os populistas de esquerda estão abertos à coexistência de diferentes culturas, os de direita são extremamente nacionalistas, xenofóbicos, chegando a ser até mesmo racistas. Eles ainda adotam políticas que focam na imigração e na manutenção dos valores nacionais, além de excluir os imigrantes de programas públicos (Przeworski 2019, 89).

Enquanto movimentos de extrema-direita defendiam, antigamente, acabar com a democracia, os populistas de extrema-direita atuais preferem ganhar pelos meios democráticos, para assim remodelar as leis conforme sua vontade. O populismo busca mostrar a frustração do povo e, ao mesmo tempo, minar as instituições liberais. Depois de se livrarem dessas instituições que garantem a democracia, ficaria muito mais fácil se voltarem contra o povo (Mounk 2019, 52).

Apesar da maioria dos países terem eleições, esse fenômeno significaria que as democracias ainda morrem, não por golpes militares clássicos, mas por governos eleitos, pois as medidas que eles usam para subverter a democracia são legais, no sentido de aprovadas pelo congresso, sendo disfarçadas até como esforços para aperfeiçoar a democracia e torná-la mais eficiente (Levitsky e Ziblatt 2018, 5).

Apesar da existência inerente de elementos democráticos no populismo, com o passar do tempo, ele também se torna desfavorável para a vontade popular, tendo em vista governos como Venezuela, Turquia e Rússia. Neles, a chegada ao poder de autocratas levou ao silenciamento das mídias e ao abolimento de instituições públicas,

⁴ Todos os regimes democráticos moderados atendem a quatro critérios mínimos: (a) Executivos e legisladores são escolhidos por meio de eleições abertas, livres e justas; (b) praticamente todos os adultos possuem direito de voto; (c) direitos políticos e civilidades, incluindo liberdade de imprensa, liberdade de associação e liberdade de criticar o governo sem represálias, são amplamente protegidos; e (d) as autoridades eleitas possuem autoridade real para governar, de modo que não estão sujeitas ao controle tutelar de militares ou líderes clericais (Levitsky e Way 2002).

assim se tornando frágeis e suscetíveis à transição para a ditadura (Mounk 2019, 51).

Enquanto democracia sem liberalismo pode virar populismo opressivo, liberalismo sem democracia pode se tornar oligarquia ou tecnocracia. Na pressa de condenar a democracia iliberal, no entanto, muitos chegaram à conclusão de que limitar a democracia é a melhor maneira de defender o liberalismo. É notável também um crescente apoio à tecnocracia, na qual preferem deixar as escolhas nas mãos de pessoas "mais preparadas", invés do "povo ignorante" ou de representantes eleitos por ele (Berman 2017, 36).

Por que o apelo do populismo e da tecnocracia crescem?

É importante ressaltar que nos ditos "países periféricos" a democracia sempre esteve em crise. Populistas tentando destruir as instituições democráticas (e sendo exitosos) podem ser traçados desde Alberto Fujimori, no começo da década de 90 do século passado. A diferença é que agora a percepção é de que esse fenômeno está acontecendo nos "países centrais", tradicionalmente considerados os exemplos de regimes democráticos.

Alguns dos fatores são normalmente listados para essa mudança: crescimento da desigualdade, estagnação da classe média, erosão dos partidos tradicionais, polarização, aumento de sentimentos xenófobos, percepção negativa do livre comércio e crescente burocratização da política. Tais temas serão explorados nesta seção.

Apesar de avanços nas últimas décadas em relação ao PIB global e à diminuição da desigualdade mundial, esses fatores se concentraram em países em desenvolvimento, não incluindo aqueles já desenvolvidos. Nestes, o crescimento se limitou a uma pequena elite econômica, assim agravando a desigualdade (Mounk 2019, 53).

O desenvolvimento econômico das últimas décadas nestes países pode ser caracterizado por três transformações: o declínio de taxas de crescimento dos países já desenvolvidos; o aumento na desigualdade de renda; e o declínio do emprego na indústria e a ascensão do setor

de serviços, especialmente de empregos em serviços de baixa remuneração. O efeito da combinação do baixo crescimento com o aumento da desigualdade foi a estagnação das classes mais baixas. O segundo efeito é a erosão da crença no progresso material. A maior parte das pessoas nos Estados Unidos e na Europa acreditam que seus filhos irão possuir condições de vida piores do que eles (Przeworski 2019, 106).

Duas hipóteses foram desenvolvidas para tentar explicar essas transformações econômicas: a primeira sendo o resultado da "globalização", junção da liberalização de mercadorias e mercados financeiros; e, a segunda, sendo o colapso do compromisso de classes. O efeito da abertura comercial é um assunto com muita controvérsia. Não há consenso entre os economistas se o efeito da globalização para trabalhadores comuns foi positivo ou negativo, somente sendo claro que algumas pessoas perderam seus empregos em decorrência dela e não foram recompensadas por políticas públicas (Przeworski 2019, 107-9).

No caso do colapso do compromisso de classes, até 1978, o aumento da produtividade resultava em um aumento salarial, gerando assim uma estabilidade. Trabalhadores industriais eram reunidos em sindicatos protegidos pelo estado. Além disso, os governos regulavam o mercado de trabalho, oferecendo serviços sociais e incentivos à inovação. Esse grande acordo foi rompido pelos Estados Unidos e Reino Unido, com as eleições de Reagan e Thatcher (Przeworski 2019, 111).

O maior foco dos populistas são soluções fáceis para esses problemas, vendendo maneiras rápidas e práticas de acabar com eles. Eles conseguem apoio para chegar ao poder, afirmando que tais métodos simples não foram implementados por causa da corrupção das elites políticas ou mesmo por elas estarem trabalhando secretamente em prol de agentes externos ao invés do povo. Como exemplo dessas soluções fáceis, podemos citar políticas "anti-imigratórias" e antiglobalização, culpando os imigrantes e as importações pela falta de empregos. Para resolvê-las, bastaria barrar os imigrantes e limitar o comércio (Mounk 2019, 56).

Quando os populistas invocam o povo, estão postulando um grupo interno, unido em torno de etnicidade, religião, classe social ou convicção política compartilhada, contra um grupo externo cujos interesses podem ser justificadamente negligenciados. Em outras palavras, estão demarcando as fronteiras do “*demos*”, defendendo, de modo implícito, que as políticas públicas devem considerar somente determinados cidadãos, excluindo os outros. Ou seja, estão reivindicando um “monopólio moral da representação” (Mounk 2019, 59-61).

Tais partidos insurgentes populistas normalmente se ancoram na ideia de uma divisão fundamental entre o *establishment* político e o povo, onde a democracia convencional é uma forma de perpetuar um grupo de elite no poder, e que falhou em sincronizar-se com as demandas e expectativas sociais. A retórica *anti-establishment* critica o sistema partidário, afirmando que os partidos não cumprem mais suas funções e que as pessoas não se sentem mais motivadas a votar. O voto nestes partidos ainda é descrito como uma espécie de punição contra os partidos tradicionais (Côrtes e Oliveira 2021).

Após os populistas assumirem o poder, o primeiro passo é o ataque à liberdade da imprensa e, em seguida, atacam as chamadas “instituições intermediárias”, como os sindicatos e associações. Meios onde setores da sociedade possam expressar sua voz independentemente são perigosos, afinal apenas por meio dele próprio, o líder populista, que a população deveria se expressar. Quando isso não é suficiente, introduzem leis limitando financiamento do exterior ou usam a capacidade regulatória do Estado para impedir que operem (Mounk 2019, 64).

Um dos argumentos centrais de Levitsky e Ziblatt (2018) é de que a morte da democracia pode ser resultado de uma escalada de retaliações entre um líder demagogo que não obedecer às regras e um *establishment* político ameaçado tentando reagir. O processo muitas vezes começa

com palavras, com os demagogos atacando seus críticos com termos ásperos, estimulando o ambiente de polarização. Aproveitando tal ambiente, tentam passar reformas mudando “as regras do jogo”: Empenham-se em assumir o controle do legislativo e judiciário através de indicações ou cooptação, ou simplesmente se esforçam para limitar seu poder, sempre encobrendo suas medidas com verniz constitucional.

Depois de quase um século sem mudanças, os partidos tradicionais estariam apresentando um enfraquecimento. O sistema político que perdurou após a primeira guerra mundial, contendo um partido de centro-esquerda e um de centro-direita nos holofotes, ficou inalterado por anos, mas também começou a mostrar sinais de desgaste (Przeworski 2019, 83).

Embora os partidos tradicionais estejam perdendo força, enquanto os de extrema-direita têm cada vez mais angariado apoio popular e, ainda, apesar da crescente polarização, isso não significaria necessariamente que os eleitores estão se mudando para o extremo. O enfraquecimento dos partidos de centro,⁵ não implica o fim deles, apenas a insatisfação dos eleitores. Não se pode afirmar ainda que o aumento do apoio da extrema-direita se deve ao aumento no número de seus apoiadores. É provável que seu aumento se deva à abstenção dos centristas e o desinteresse dos eleitores comuns. *Surveys* indicam a falta de confiança, por parte da população, de que a política afeta sua vida pessoal (Przeworski 2019, 92-4).

Ainda em relação à polarização, para Levitsky e Ziblatt (2018, 119) as democracias funcionam melhor quando são asseguradas por normas não escritas, principalmente de tolerância mútua. Por exemplo, os líderes dos dois maiores partidos estadunidenses aceitaram a existência um do outro e resistiram em usar seu poder momentâneo para cassar o outro partido. A polarização extrema sempre seria uma ameaça a esse tipo de comportamento.

⁵ A distância ideológica entre apoiadores de diferentes partidos nos Estados Unidos aumentou nos últimos 23 anos e, apesar do mesmo problema ocorrer nos países da Europa, se torna mais difícil diagnosticar o problema, devido à existência de muitos partidos (onde existe o sistema proporcional), fazendo com que os votos fiquem muito espalhados e, com isso, a evidência de que a população está evitando o centro é ambígua fora dos Estados Unidos (Przeworski 2019, 112-115).

Quando as normas de tolerância mútua são frágeis, a democracia se tornaria insustentável. Se rivais políticos se encaram como uma ameaça perigosa, como criminosos ou subversivos, isso os incentivaria a empregar todos os meios necessários para derrotar seus rivais, incluindo justificativa para medidas autoritárias, em nome de evitar a "ameaça para a nação", minando a estabilidade política (Levitsky e Ziblatt 2018, 121).

O aumento da polarização tem um componente que aparenta ser importante: a questão da imigração. O elevado fluxo de refugiados passou a ser percebido por alguns eleitores como o principal problema da Europa. Porém, quando vários desses políticos populistas se referem a "imigrantes", eles estão na verdade falando da segunda ou terceira geração de filhos de imigrantes, que acabam sendo etnicamente distintos. Tais políticos evocam o mito de uma "cultura nacional", um modo de vida tradicional, que está sendo destruído pela presença deles. "Imigrantes" seria, então, apenas uma palavra-código para racismo (Przeworski 2019, 117).

É comprovada a queda de suporte em relação à democracia, por diversos *surveys* na União Europeia e nos Estados Unidos. Os países mais afetados pela crise de 2008 foram os que tiveram maior declínio do apoio à democracia. (Przeworski 2019, 100). Dados da América Latina também apontam que a consolidação da democracia na região ainda é frágil e que existe o aumento da desconfiança nas instituições políticas entre os cidadãos. Em toda a região se percebe a perda de importância das instituições democráticas, aumento da polarização, diminuição do apoio à democracia e satisfação em relação a ela (Côtés e Oliveira 2021).

Contudo, ainda existe o problema de legitimidade: como um *outsider* obtém respaldo para "falar em nome do povo"? Se um político já estabelecido, na frente de seus rivais, sai em apoio às causas defendidas por esta figura ascendente, ele espera ganhar o apoio da população que defendia tal causa. Existe uma tentação enorme dos políticos já estabelecidos em surfar na popularidade dessa novidade, ou aceitarem

participar do governo dele visando o domar para interesses próprios. Isso quase sempre se revela impossível, resultando tanto na legitimação e maior prestígio do *outsider* e na destruição desses políticos tradicionais (Levitsky e Ziblatt 2018, 15).

Também seria muito mais fácil ideologicamente para um partido de centro-direita, por exemplo, formar coalizão com um de extrema-direita, que ainda é do seu espectro, nas chamadas "alianças fatídicas" (*Fateful Alliances*), do que tentar formar coalizão com um de centro-esquerda para inibir o crescimento do partido que abriga figuras antissistêmicas. As figuras carismáticas que conseguiram chegar ao poder em algum momento encontraram líderes que decidiram ignorar os avisos de perigo e que entregaram o poder a eles, como o caso de Mussolini e Hitler, ou renunciaram ao poder, dando espaço para eles, como Chávez (Levitsky e Ziblatt 2018, 19).

O povo nem sempre pode moldar os líderes que assumiram o poder, e as instituições nem sempre são suficientes para contê-los. Levitsky e Ziblatt (2018, 20) lembram que também é necessário que os partidos políticos estabelecidos ajam como guardiões da democracia (*gate-keeper*), notando os sinais do autoritarismo e tomando medidas para derrotá-lo previamente, mesmo que isso significasse formar coalizões e alianças com antigos partidos rivais, de outro espectro político.

Portanto, partindo do fato de que políticos *outsiders* sempre precisam de alguma forma de legitimação das forças políticas já estabelecidas, podemos concluir que casos em que um partido centrista tradicional se move no espectro político, em direção aos extremos, representaria uma ameaça à democracia muito mais séria que um extremista *outsider*. Afinal, um partido tradicional já possui legitimidade, não necessitando de respaldo adicional. Como exemplos de onde isso ocorreu, como na Hungria, a Fidesz de Viktor Orbán, ou mesmo como estava em curso com o partido Republicano e Donald Trump nos Estados Unidos, representaram danos visíveis às democracias consideradas como já consolidadas.

A outra ameaça, o crescente poder das bu-

rocracias e agências independentes, e o fato de não estarem diretamente sob supervisão de representantes eleitos, normalmente é ignorado como um perigo, ou mesmo é descrito como positivo, como no caso de um banco central independente.

Para lidar com a necessidade de regulamentação em campos altamente técnicos, as agências burocráticas, compostas por especialistas em diferentes áreas, começaram a assumir um papel quase legislativo. A perda de poder dos representantes do povo ocorreu de maneira gradual, sempre como resposta aos desafios reais enfrentados pelas políticas públicas (Mounk 2019, 80).

Mesmo assim, o resultado sugere um enfraquecimento da democracia, pois conforme cada vez mais áreas de políticas públicas eram removidas da contestação popular, a capacidade do povo de influenciar a política ficava drasticamente reduzida. Isso ocasiona um fenômeno no qual boa parte das leis são escritas por funcionários públicos não eleitos, fora do alcance dos representantes eleitos (Mounk 2019, 83).

Apesar desse fato ocorrer praticamente em todos os países, a União Europeia é normalmente citada como emblemática nesse caso. Os assuntos prioritários são decididos por uma pequena cúpula que se reúne poucas vezes no ano, e a legislatura é escolhida em uma eleição com bastante abstenção, muitas vezes usada como forma de protesto pelo povo, e que ainda tem pouco poder de interferência nos órgãos técnicos (Mounk 2019, 89).

É interessante notar a forma como ambos os fenômenos se retroalimentam. A União Europeia e suas agências supranacionais são frequentemente exploradas pelos líderes populistas como uma conspiração que quer retirar a soberania dos estados-nacionais e o poder do povo. Em contrapartida, o medo das medidas danosas que líderes populistas possam tomar é usado como argumento para concentrar poderes em órgãos tecnocráticos.

Considerações finais

Quando se discute a "crise da democracia", na realidade se evidenciam duas forças atuantes no

processo: enquanto a tecnocracia busca limitar a democracia para salvar o liberalismo, em nome do "mercado", o populismo busca o oposto, limitar o liberalismo para salvar a democracia, se colocando como defensor da vontade do "povo", com ambos os fenômenos se retroalimentando. Em um quadro de crescente insatisfação popular com sistema estabelecido, extremismos estariam se valendo das ferramentas da própria democracia para agredi-la, tentando manipular essa insatisfação em favor da sua própria perpetuação no poder.

Em relação à hipótese desse estudo, de que o crescimento tanto do populismo quanto da tecnocracia representa uma ameaça à democracia liberal, pode ser considerada verdadeira – de fato as forças que pretendem a substituir encontraram expressão e mesmo algum grau de apoio. Porém, o que parece ser a chave explanatória é o lugar e o grau onde os eventos ocorrem na prática, havendo uma distinção nítida entre os países desenvolvidos e os emergentes.

Apesar de toda consternação, se prestarmos atenção aos eventos listados por Przeworski (2019) como fatores que aumentam a chance de uma democracia cair, sendo inflação alta, grande desigualdade, baixo PIB *per capita*, estagnação econômica e ausência de alternância de poder prévias, são praticamente nulas as chances de a democracia liberal colapsar nos ditos "países centrais".

Nestes casos, a eleição (ou mesmo existência) de líderes populistas provavelmente irá causar mais danos ao regime político, com o aumento da polarização e de discursos de ódios contra parcelas de sua própria população, do que propriamente subverter o sistema como um todo. Caso cheguem ao poder, podem tomar medidas danosas e indicar aliados a postos-chave, que continuarão no governo mesmo após sua saída, prejudicando o funcionamento democrático, mas será quase improvável se perpetuarem no poder.

Nos "países periféricos", que vivenciaram desenvolvimento econômico e fortalecimento democrático durante o surto dos commodities, a questão parece ser muito mais séria. Uma vez que a redução da desigualdade e progresso ma-

terial acabem, suas instituições políticas menos estabelecidas poderão enfrentar mais dificuldade, visto que o grau de descrédito de sua população já é relativamente maior com os problemas que se acumulam pelo tempo.

A defesa da democracia liberal e de seus valores não significa necessariamente que ela precisa estar fechada a mudanças, sem espaço para inovações no desenho institucional (que não ocorrem significativamente desde o século XIX⁶), ou mesmo que deva ignorar nítidos problemas como o aumento da desigualdade ou insatisfação popular. O sistema precisa constantemente se aperfeiçoar e encontrar soluções para tais problemas.

A descrença na democracia liberal abre tanto caminhos para seu questionamento quanto para seu aperfeiçoamento, e no momento é impossível decretar seu fim ou projetar sua substituição por regimes ditos "liberais". Conforme exposto, existem nítidos problemas políticos e econômicos ainda a serem resolvidos, e pensar que sua encarnação atual é a versão final seria desconsiderar todo seu desenvolvimento histórico. Ela já é o resultado de correções na trajetória anterior.

O estudo buscou identificar os motivos subjacentes que impulsionam a ascensão do populismo e da tecnocracia nos últimos anos, a partir da síntese de trabalhos teóricos relevantes sobre o tema, a fim de fornecer *insights* sobre as razões por trás da "crise da democracia liberal". Objetivou-se ampliar e contribuir teoricamente para essa discussão, que é de interesse público notório e extrema relevância acadêmica, à luz da teoria da democracia contemporânea, e que os *insights* permitam orientar ou acrescentar em futuras pesquisas.

Referências

Berman, Sheri. 2017. "The pipe dream of undemocratic liberalism". *Journal of Democracy* 28 (3): 29-38. <https://doi.org/10.1353/jod.2017.0041>.

Bobbio, Norberto. 1986. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e terra.

Cassimiro, Paulo Henrique Paschoeto. 2021. "Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia." *Revista Brasileira de Ciência Política* (35): e242084. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.242084>.

Côrtes, Pâmela de Rezende, e André Matos de Almeida Oliveira. 2021. "Os partidos políticos em formação no Brasil pós-2013 e a retórica anti-establishment político." *Opinião Pública* 27: 127-53. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021271127>.

Dahl, Robert. 1997. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.

Levitsky, Steven, e Lucan A. Way. 2002. "Elections without democracy: The rise of competitive authoritarianism." *Journal of democracy* 13 (2): 51-65. <https://doi.org/10.1353/jod.2002.0026>.

Levitsky, Steven, e Ziblatt, Daniel. 2018. *Como as democracias morrem*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Macpherson, Crawford Brough. 1977. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

Manin, Bernard, Adam Przeworski, e Susan C. Stokes. 2006. "Eleições e representação." *Lua Nova: Revista de Cultura e política* 67: 105-38. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200005>.

Mounk, Yascha. 2019. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Editora Companhia das Letras.

Przeworski, Adam. 2019. *Crises of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108671019>.

Przeworski, Adam. 2010. *Democracy and the limits of self-government*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511778490>.

Przeworski, Adam. 1999. Minimalist conception of democracy: a defense. In: *Democracy's value*. Cambridge University Press.

Rodrigo de Sousa Escaño

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil; graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do autor antes da publicação.

⁶ "O fato é que durante os últimos duzentos anos temos pensado pouco sobre o desenho institucional da democracia. Desde a grande explosão do pensamento institucional, quando as instituições democráticas atuais foram inventadas [...] não tem havido praticamente nenhuma criatividade institucional. Exceto pelas nunca implementadas medidas para a coadministração dos trabalhadores na Constituição de Weimar, a descoberta da representação proporcional na década de 1860 foi a última grande invenção institucional" (Manin, Przeworski e Stokes 2006, 134)